

**ATA DA 187ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 11/09/2014

PRESIDENTE

JOSÉ DE FILIPPI JR

COORDENADORA DA COMISSÃO EXECUTIVA

MARIA ADENILDA MASTELARO

SECRETARIO GERAL DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO

Início: 14h30

Término: 20h15

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

NILTON SOUSA DOS REIS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

JOSÉ DA GUIA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

PAULO DE TARSO W. FRANGETTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARCIONÍLIA NUNES DE LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

JOSÉ LEONILSON DE QUEIROZ ALMEIDA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

LOURDES MARIA DE QUEIROZ (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

MAURÍCIO SILVA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ARNALDO MARCOLINO DA SILVA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JARQUELENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALEX APARECIDO LEITE DE ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
IDECLÉIA GENEROSO DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
LUZIA BERGAMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARCOS ROBERTO DE ANDRADE (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTONIA SOARES (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SHEILA VENTURA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
REGINA CELIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
JOSÉ AUGUSTO QUEIROZ (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
ROSILANIA CORREIA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

ÉDER GATTI FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
WALNEY ARAÚJO DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA APARECIDA FRANCELINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

ERIK OSWALDO VON EYE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARIA JOSÉ R. RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

RICARDO FERNANDES DE MENEZES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIO ROGÉRIO DIAS LEMOS FIGUEIREDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIA LIBERATO MUNIZ RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MAGALY EZEQUIEL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ OLÍMPIO MOURA ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de Ausência:

JOSÉ DE FILIPPI JR. (TITULAR) – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARIA DE LOURDES M. SANTOS SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
MARIA JOSÉ DE SOUSA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
PAULO MARTINS MOREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FRANCISCO PEREIRA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
MARIA LÚCIA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
PATRÍCIA MOLINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
GIANE SANT’ANA ALVES OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

ANA MARIA FERREIRA QUAIATO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MANOEL COSTA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AUGUSTA DE MELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
PAULO HENRIQUE FRACCARO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
PÉRICLES CRISTIANO BATISTA FLORES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
MARÍLIA DAPENA FERNANDEZ (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ADRIANA MARIA LOPES VIEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CASSIA XAVIER (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
PEDRO FELIX VIDAL JUNIOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
PATRÍCIA RODRIGUES MOLINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

DIGITAÇÃO:

REVISÃO GERAL: JULIO CESAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Inicia a reunião. Solicita a colaboração de todos os presentes para o bom andamento da reunião e gravação da ATA. Passa para o Secretário do Conselho, para a leitura da pauta.

O Secretário Geral do Conselho: Lê a pauta.

- A- Aprovação das Atas da 186ª Reunião Plenária Ordinária e 3ª Reunião Plenária Extraordinária;
- B- Informes da Mesa;
- C- Informes dos Conselheiros;
- D- Informes das Comissões
- E- Ordem do Dia:

1. **Moção de Apoio ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários da SMS - Apresentação do relatório à solicitação de vistas, solicitada pelo conselheiro Ricardo Fernandes;**
2. **Programação Anual de Saúde 2014 – Discussão e Esclarecimentos;**
3. **Apresentação da estrutura do Plano Municipal de Saúde 2014/2017 e seu processo de elaboração;**
4. **Portaria sobre a regulamentação do medicamento Metilfenidato.**

F – Deliberações

1. **Indicação de 10 conselheiros para visita à UBS Integral Jd. Edith;**
2. **Referendar a indicação da conselheira Marcionília Nunes de Lima como titular e indicar 01 (hum) suplente para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Hospital Bandeirantes;**
3. **Indicação de 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) suplentes para compor o Conselho Gestor do HSPM (Hospital do Servidor Público Municipal);**
4. **Indicação de 01 (hum) representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital 09 de Julho, em substituição ao conselheiro Francisco Pereira Lima.**

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Solicita inversão de pauta. Que se inicie pelo item E – Ordem do Dia, depois item F - Deliberações, e depois retorna a sequência da pauta.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita Questão de Ordem. Diz que no regimento existe o "rito de trabalho". Por isso considera uma ordem de trabalho.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Salaria que essa inversão de pauta facilita a execução dos trabalhos para esta reunião. Lembra que o Pleno é soberano e tem o poder de deliberar a melhor forma de funcionamento da plenária.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O pedido é de ordem de trabalho da mesa, e não da pauta. O Pleno é soberano sobre a mesa, mas não sobre o regimento.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Na pauta irão constar todos os itens, só para facilitar o processo de trabalho da mesa.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O que o Alex falou é verdade. Apesar de ser importante, é uma alteração no rito. Lembra que em outro momento foi solicitado e não foi acatado. Que isso não fique a mercê das conveniências.

O Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Solicita uma inclusão de pauta na Ordem do Dia. Hospital Universitário da USP. Possui uma proposta de encaminhamento.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a inversão da pauta da reunião com a inclusão de pauta solicitada pelo conselheiro Éder.

Aprovado por aclamação.

Pauta após inversão e inclusão.

A - Ordem do Dia:

- 1 - Moção de Apoio ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários da SMS - Apresentação do relatório à solicitação de vistas, solicitada pelo conselheiro Ricardo Fernandes;
- 2 - Programação Anual de Saúde 2014 – Discussão e Esclarecimentos;
- 3 - Apresentação da estrutura do Plano Municipal de Saúde 2014/2017 e seu processo de elaboração;
- 4 - Portaria sobre a regulamentação do medicamento Metilfenidato;
- 5 – Hospital Universitário da USP.

B – Deliberações

1. Indicação de 10 conselheiros para visita à UBS Integral Jd. Edith;
2. Referendar a indicação da conselheira Marcionília Nunes de Lima como titular e indicar 01 (hum) suplente para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Hospital Bandeirantes;
3. Indicação de 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) suplentes para compor o Conselho Gestor do HSPM (Hospital do Servidor Público Municipal);
4. Indicação de 01 (hum) representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital 09 de Julho, em substituição ao conselheiro Francisco Pereira Lima.

C - Aprovação das Atas da 186ª Reunião Plenária Ordinária e 3ª Reunião Plenária Extraordinária;

D - Informes da Mesa;

E - Informes dos Conselheiros;

F - Informes das Comissões

A - Ordem do Dia

1. **Moção de Apoio ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários da SMS - Apresentação do relatório à solicitação de vistas, solicitada pelo conselheiro Ricardo Fernandes**

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita questão de ordem. Na ocasião esse item saiu como Resolução, e agora está como moção. Quer entender o motivo.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Fala que em todos os momentos foi pautado como moção. Haverá um esclarecimento sobre isso.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Lê relatório. *Ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Dr. José de Filippi Jr e a Coordenadora da Comissão Executiva, Maria Adenilda Mastelaro. Na última reunião do plenário do CMS, em 14/08/2014, um dos itens de pauta em anexo, mais*

precisamente o item 8, previamente elaborado pela comissão executiva do CMS, tratava de Moção de Apoio ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários da SMS; contudo, foi distribuído aos conselheiros, não o objetivo texto da minuta de moção, mas sim, complexa minuta de resolução, em anexo, que tratava da política de pessoal da PMSP. A discussão da minuta de resolução não foi incluída na pauta, a fim de que pudesse ser objeto de discussão e deliberação pelo CMS. Nestes termos pedi vistas à citada minuta de resolução, pelas seguintes razões: 1- à luz da legislação que rege o CMS era impertinente sua apreciação pelo plenário naquele dia; 2- a SMS prestaria informações ao plenário do CMSSP sobre o processo de negociação entre a PMSP e as entidades representativas dos funcionários públicos da saúde, em anexo. Este é o relatório. Ricardo Fernandes de Menezes – Conselheiro Municipal de Saúde.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita que as próximas vistas sejam encaminhadas cópias para os conselheiros para facilitar.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Quer saber qual a proposta que está sendo trazida para o CMS deliberar?

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: O pedido de vistas foi motivado por que a pauta tratava de moção e foi apresentado um texto de resolução que não constava na ordem do dia. Era impertinente tratar deste assunto naquele dia. Será distribuído o informe a todos os conselheiros, assim como informe da SMS sobre a negociação com as entidades.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Esclarece que diante de várias demandas referentes à falta de RH, as Comissões de Políticas de Saúde, RH e Executiva decidiram fazer uma moção de apoio aos trabalhadores para o Plano de Cargos e Carreiras. Na reunião passada o documento chegou como resolução, mas passou por essas comissões como moção.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Questão de ordem. No regimento interno diz que quando há a necessidade de vistas, o conselheiro que a realiza tem que trazer algo para corroborar ou contrariar o que está sendo proposto. Na carta apresentada não fica claro se concorda ou não com a resolução. Entende a posição do conselheiro naquela data, porém ficou em aberto se irão validar o apoio ou não.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Fala que existe um informe da SMS que está em anexo, e que pode realizar a leitura. Era impertinente aquele documento, pois a pauta era moção e distribuíram uma resolução. Ninguém incluiu na pauta uma resolução. Pediu vistas porque era uma matéria complexa.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita questão de ordem. A questão deve ser se acatarão ou não a moção.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O documento veio como moção, e chegou como resolução, foi resolvido na reunião passada. Se fosse moção votariam, se fosse resolução seria feita uma análise. Quando foi definido que seria uma resolução, o Dr. Ricardo pediu vistas.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Cita o artigo 14 do regimento interno do CMS.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Devido ao impasse, estão dispostos a transformar em moção ou recomendação. Acha inviável resolução porque o trâmite é mais demorado. Concorde que possa ser uma moção, desde que com o texto em sua íntegra e que seja votado hoje.

O Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Lembra que este documento surgiu por conta da recorrência de problemas com Recursos Humanos. O apoio do CMS valoriza os trabalhadores nas reuniões junto com a Gestão. O CMS tem que se posicionar. As negociações estão ocorrendo e o apoio do CMS ajuda na criação de uma melhor Política de Saúde.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Acha que esta situação deve ser resolvida, e que a informação tem que estar bem esclarecida no momento da votação.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Informa que está ocorrendo uma negociação com o sindicato neste momento.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Lembra que um relatório de vistas tem que ser enviado com antecedência, e ser fundamentado. Não apenas um informe da SMS. Consulta a Plenária para que seja uma moção, com o texto na íntegra, de acordo com o que estava na minuta de resolução. Coloca em regime de votação a moção de apoio aos Servidores e Empregados Públicos na Administração Direta, nas Autarquias, e demais secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo.

Aprovado por aclamação.

MOÇÃO nº 003/2014

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 187ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de setembro de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998 e pelo Decreto no 53.990, de 13 de junho de 2013,

Considerando a necessidade de prestação de Serviços Públicos de Qualidade na área da Saúde do Município de São Paulo;

Considerando a relevância dos serviços prestados pelos Servidores e Empregados Públicos na Administração Direta, nas Autarquias, e demais secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo;

Considerando as resoluções e determinações discutidas e aprovadas nas Conferências de Saúde do Município de São Paulo todas defendendo que os trabalhadores municipais devam ser remunerados adequadamente, tenham condições de trabalho preservadas de modo a garantir prestação de serviços de qualidade e excelência e que se fixem no serviço público;

Considerando que uma política de valorização profissional e oferta de concursos públicos tornará a carreira pública municipal mais atrativa, garantindo oferta de serviços de qualidade à população;

Considerando que o Município de São Paulo tem como prática de mais de uma década a desvalorização salarial do funcionalismo, a diminuição de oferta de vagas de trabalho por concurso público e a entrega de serviços à administração de terceiros (parceiros, organizações sociais). O resultado desse descaso crônico com o funcionalismo público é a escassez de profissionais de saúde e de outras áreas que atuam na Secretaria de Saúde da rede municipal e o comprometimento da oferta de serviços e assistência à saúde do trabalhador;

Considerando que a Lei Salarial 13.303 de 2002 estabelece data base para o funcionalismo público paulistano, mas não estabelece parâmetros claros de reajuste salarial e que desde sua publicação a Prefeitura vem oferecendo aumentos anuais subinflationários na maioria dos anos de 0,01%. O servidor e empregado público municipal vivencia desde então um completo desrespeito por parte da Prefeitura, vendo seu salário ser rebaixado ano a ano;

Considerando que sindicatos e associações representantes de Servidores Municipais que atuam na área da Secretaria de Saúde do município de São Paulo negociam com o executivo municipal paulistano na Mesa de Negociação um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, porém estas negociações não têm atendido as expectativas dos trabalhadores, desqualificando o próprio espaço de negociação;

Considerando que o executivo mandou Projeto de Lei à Câmara Municipal, de PCCS para o nível universitário interrompendo unilateralmente as negociações, e elaborou outro PL criando cargos com salários iniciais 50% acima dos demais PCCS, sem negociação;

Que os recursos humanos de saúde do Município de São Paulo devem ser valorizados e por isso apoia os sindicatos e as demais entidades de representações dos trabalhadores nas mesas de negociação;

Pela garantia de melhores condições de trabalho aos servidores municipais;

Por salários dignos, com reajuste anual e permanente superior à inflação a todas as categorias, garantindo progressiva recuperação das perdas salariais ocorridas desde 2012;

Por um enquadramento a todos os funcionários, ativos e aposentados, conforme a qualificação, o desempenho e o tempo de trabalho e que respeite a posição na tabela conseguida anteriormente, que não desvalorize nem rebaixe os trabalhadores;

Por uma aposentadoria digna e equiparada aos profissionais da ativa;

Por aumento dos valores dos plantões extras, da gratificação de baixo provimento e gratificação de preceptoria.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde vem a público apresentar a presente moção de apoio aos Servidores e Empregados Públicos na Administração Direta, nas Autarquias, e demais secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo.

2 - Programação Anual de Saúde 2014 – Discussão e Esclarecimentos

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Informa que no intuito de fortalecer a relação da Gestão com o CMS, estão tomando uma medida que o CMS havia solicitado, que é a melhoria nos processos de prestação de contas da peça financeira. Por conta disto, estão apresentando o Sr. Francisco Funcia, que irá prestar assessoria à SMS. O Sr. Funcia atualmente vem assessorando também o Conselho Nacional de Saúde. Além dele, está ocorrendo uma conversa com o Sr. Jorge Kayano, para que ele apresente uma proposta para auxiliar nesta necessidade. Reitera a consideração e o alto gabarito dos profissionais citados, e que estão do mesmo lado na construção do SUS e na construção do processo democrático de transparência. Funcia será a ponte entre o CFO e o CMS e o Jorge Kayano a visão crítica-autônoma do processo.

Francisco Funcia: Fica honrado em poder atuar nesta mudança na gestão, e na nova estruturação financeira da saúde do Município de São Paulo. Ressalta que em alguns momentos, haverá a necessidade de uma interface com o CMS para adequar essa reestruturação. Ressalta a importância da participação da comunidade neste processo.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Gostaria de esclarecimento sobre a Programação Anual de Saúde 2014, pois havia entendido que isso deveria ter sido aprovado no ano passado, e que hoje seria a de 2015.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita questão de esclarecimento. Acha que a assessoria é uma grande vitória. O CMS pediu uma assessoria jurídica e financeira, e os nomes apresentados são muito importantes. Diz que o Sr. Francisco Funcia foi secretário em Diadema. Pergunta qual rubrica pagará essas assessorias. Gabinete ou CMS? Pergunta ainda se existe projeto de assessoria para o Conselho? A contratação foi feita, e lembra que a 141 traz muita responsabilidade sobre a contratação de terceiros.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: O Sr. Funcia está sendo contratado pelo Gabinete, para apoiar o Gabinete e ficará à disposição do CMS. Além dele, a outra consultoria que está sendo contratada será paga pela rubrica do CMS, o Instituto Pólis.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Se há uma pela rubrica do CMS, como é o projeto?

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Aguarda o Instituto Pólis propor o projeto, para que seja aprovado pelo Pleno a contratação.

Francisco Funcia: Esclarece que no Conselho Nacional de Saúde ele é assessor do conselho, aqui é assessor da SMS. O que está fazendo é uma reestruturação do CFO, dos processos internos da SMS, do Fundo Municipal de Saúde para adequá-lo à 141. Não será feito um estudo de reestruturação do CFO e do Fundo Municipal de Saúde sem interface com o Conselho. Informa ainda que não foi secretário do Dr. Filippi. Trabalhou sim em sua gestão, de 1993 até 1996, como secretário adjunto da Secretaria de Finanças de Diadema. Depois disso foi Secretário de Finanças na Prefeitura de Ribeirão Pires, até 2004. Depois de 2004 não teve mais envolvimento com a gestão pública direta, e passou a desenvolver trabalhos de consultoria.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Parabeniza a Gestão e o CMS neste assunto. Isso ajuda na resolução dos descompassos que estavam ocorrendo. Isso não significa que não haja a necessidade da contratação de assessoria independente para o CMS.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Com a presença do Sr. Funcia e com o gabarito que ele tem o Fundo com certeza irá beneficiar o usuário lá na ponta. É motivo de satisfação saber que estão sendo tomadas as medidas para organizar essa necessidade e essa contratação já consta da Programação Anual de Saúde para 2014.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Não está contrário a ação, questiona apenas a autonomia da assessoria para com o conselho.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Isso está garantido e vem de encontro às necessidades do Conselho.

O Assessor Técnico da SMS, Dr. José Cláudio Domingos: Foi citado que deveríamos estar aprovando 2015. A programação de 2014 já foi discutida e o próprio Conselho disse que havia a necessidade de apresentação. Na semana passada foi realizada essa apresentação, e hoje seria para se tirar as dúvidas, para que haja a aprovação de uma resolução com ou sem ressalvas sobre o tema.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Atenção Básica: o problema mais sério é o de RH. Quanto à Atenção Especializada, acha que só existe Gestão Plena no papel. Nas metas programadas, é necessária uma articulação melhor com o Estado. Cobrar do Estado a Gestão Plena. Na Urgência e Emergência, que todas as ações de saúde passem antes pelo CMS, para evitar auditorias futuras, e cita como exemplo o SAMU. Quanto à Assistência Hospitalar, fala sobre a falta de equipamentos de ressonância magnética e também sobre a necessidade da ampliação de leitos. Fala que deveria ter uma pactuação com o Estado. Na Vigilância, o item "Comitê Intersetorial", no seminário de comissões, foi sugerido que este comitê seja implantado nas regiões, por subprefeituras e não fique apenas no nível central. Sobre a população idosa, parabeniza pelo trabalho que estão realizando. Sobre Saúde Bucal, acha que está muito fraco o trabalho. Sente falta das especialidades. Falta de concurso para especialistas. Solicita que conste também o aumento do número de próteses e de especialidades. Em Doenças Crônicas Transmissíveis, acha que a questão deva ser ampliada. Quanto às DST, estão ok. Na questão LGBT, o CMS aprovou o plano que está acontecendo na base, mas que não consta no documento. Quer que constem as ações que estão sendo feitas. Sobre a Educação Permanente, fala que São Paulo é a única capital que não tem comissão de Educação Permanente. Todas as ações de Educação Permanente devem passar pelo município de origem. Propõe a criação da comissão. Fala que a Assessoria de Gestão Participativa foi construída para competir com o CMS, e gostaria que ela seguisse a linha do Conselho Nacional de Saúde. A Lei que criou a AGP não atende as necessidades de fortalecimento do Controle Social. Quanto à Saúde Mental, a criação de 50 leitos e das Residências Terapêuticas têm que passar pelo Conselho. Saúde Ocular tem que ser ampliada. Sobre a Regulação, tem que ser realizado um trabalho entre o CROSS e o SIGA para o uso racional dos leitos. Sobre Gestão do Trabalho gostaria que incluísse a capacitação dos Agentes de Saúde e de Zoonoses sobre a Dengue. Muitos atuam sem capacitação. O Programa do Tabagismo deve ser entendido nas unidades básicas. Na qualificação do gestor, deve ser incluído o respeito ao Controle Social. Que haja uma integração entre os setores para a Educação Permanente. Agradece a inclusão sobre o tema Controle Social, mas ainda é necessário um carro e a adequação do espaço.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Quer saber sobre a capacitação da classificação de risco nas UBS com ESF. Havia uma meta na apresentação de que até o fim do ano de 2014 as Unidades seriam capacitadas. Aguarda resposta da Atenção Básica. Unidades de Urgência e Emergência, PA's e PS's não possuem em sua totalidade classificação de risco. Sabe que existem dificuldades por conta dos problemas de RH. Pergunta também se a SMS está ciente sobre algumas demandas de falta de material médico hospitalar. Sobre Mortalidade Materno Infantil, fala que existe um fluxo estabelecido, mas que é necessário se repensar esse fluxo e se há algum movimento nesse sentido. De 100% das ouvidorias, de 40 a 50% é em relação às especialidades. São necessárias outras ações e avaliações sobre os protocolos. Pergunta por que nas UBS não existe remarcação de consulta por telefone. Isso abaixaria o absenteísmo. Sobre a Saúde Mental, fala que em 2013 havia uma meta de 0,75 para o aumento da cobertura dos CAPS, e em 2014 se manteve em 0,75. Pergunta se é a mais, ou é a mesma meta. Fala ainda que existe uma ouvidoria em aberto sobre curativo, onde a paciente aguarda há dois meses a medicação necessária e a Unidade não tem.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Foram tiradas deliberações no congresso de comissões sobre a Dengue, que poderiam estar incluídas nesta programação de 2014. Não está, mas poderiam incluir para 2015.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Informa que já estão incluídas em 2014.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Agradece a informação. Está em dúvida do que o CMS deve fazer com esse documento.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Não havia programação anual. Não foi feita nos últimos oito anos. Não havia um Plano Municipal que permitisse a construção deste tipo de programação. Este plano deveria ter sido apresentado no início do ano, porém não foi possível, mas ainda existem quatro meses. Existem insuficiências, mas o plano é amplo, claro, transparente. Por isso pede para que aprove o plano, mesmo com ressalvas. Muitas coisas discutidas no dia de hoje ainda podem ser incluídas neste documento. O importante é a criação deste plano, e agora aprimorá-lo para os próximos anos. O jornal que foi distribuído é resultado de todo esse trabalho. Para o ano que vem, será mais simples, pois já haverá a base desse plano. O que for necessário corrigir, corrigiremos. Solicita que todas as ressalvas sejam encaminhadas para a secretaria do conselho, para que a gestão possa responder quais delas podem ser inseridas ainda em 2014, quais apenas no ano que vem, etc.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Atenção Básica: solicita que no item construção de novas UBS Integral seja também colocado o Programa das Práticas Integrativas. Fala da questão do absenteísmo e questiona se na marcação de consulta, pode ser incluído dois ou três pacientes a mais, a fim de assegurar a utilização da vaga. Ampliar em 5% até 2016 a oferta de procedimentos de alta e média complexidade. Acha o número muito baixo e propõe o aumento dessa oferta. Elaborar os protocolos de atendimento das hepatites virais B e C nos diversos níveis de atenção à saúde. Fala que o programa de Hepatite é um programa antigo e pergunta se o protocolo é antigo, ou não há protocolo. Sobre a Tuberculose, fala da necessidade de envolvimento de outras secretarias. Coleta de amostras de medicamentos que oferecem riscos, quando se faz essa coleta de amostras, já não é uma forma de fiscalizar? O município tem o serviço de reprodução humana assistida, ou só fiscaliza? O que é necessário para alcançar 100% da cobertura vacinal para criança, ao invés dos 50% programados? Qual o programa que permeia as práticas dos adolescentes? Solicita que o CMS tome conhecimento do documento de diretrizes da Saúde Bucal. O abastecimento adequado dos consultórios com os insumos necessários, para que haja um atendimento adequado. Que sejam incluídas as Patologias Neuro Degenerativas. Quais as linhas de cuidado informadas para Oncologia? São notáveis, as ausências de acessibilidade da população indígena. Os programas de Saúde Escolar e Saúde Ocular, como são articulados na Rede? São as UBS que fazem? Como acompanhar o trabalho deles?

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Urgência e Emergência: sente a falta de uma UPA no Centro. Cobrar dos hospitais que recebem isenção fiscal: HCor, Sírio, Oswaldo Cruz, Samaritano, que abram 60% de seus leitos para o SUS, isso resolveria esse problema. Fala da necessidade de ampliação do PS da Barra Funda e do HSPM. Sobre a recuperação de hospitais, novamente aparecem o Menino Jesus e o São Luiz Gonzaga. O São Luiz Gonzaga, já deve ser a 4ª reforma. Sobre controle de Cúlex, pergunta por que se priorizou a Capela do Socorro e a Billings e não o Rio Pinheiros. Sobre a notificação de Violência Doméstica Sexual e outras violências, deveria ser implantada em todas as unidades e não apenas nas 620 informadas. Sobre a Criança e Adolescente, não há nada sobre a violência. Só faremos a notificação? Ainda existe uma visão da mulher em partes. Não aparece nada sobre um plano de saúde integral a mulher. Sobre a População Indígena, falta a mesma coisa: um plano de saúde Integral para a população Indígena. Pergunta sobre a Saúde Ocular do Escolar. Não é apenas realizar a triagem de acuidade visual. É necessário fazer o acompanhamento da saúde ocular dessas crianças. Sobre a Saúde Mental, como está o programa de autismo? Já existem ordens judiciais sobre programa de autismo, e ainda não tem nada. Contratos: relata que esteve em Parelheiros, e quis ver o contrato da terceirização, e não havia cópia na STS. Isso significa que não participaram da discussão. É necessário que o Conselho local participe dessa discussão. Sobre a

alimentação oferecida ao CMS, precisa ser saudável. Sobre as minutas de contrato, devem ser analisadas previamente pelo CMS. Deve haver participação antes da assinatura. Até para punir é complicado, pois o contrato já está fechado. Para rompê-lo é necessário pagar indenização.

Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Sobre a Saúde Mental, fala que essa prestação de contas não condiz com tudo que está sendo feito. Estão sendo feitas mais ações do que constam no documento. Há uma certa divergência quanto aos dados que constam no Programa De Volta Pra Casa. Internação de 16 pessoas até 2017. Quer saber o custo disso. Acha que o custo da Residência Terapêutica é menor. Comunica que no dia 03/10 haverá reunião da Comissão de Saúde Mental. Fala da necessidade de se estabelecer um projeto conceitual para os 30 CAPS, em virtude dos diversos contratos estabelecidos em cada região.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Confirma presença na reunião.

O Conselheiro Titular representante das Associações de Profissionais Liberais: Representa a Associação Odontológica da PMSP e tem encontrado diversas demandas. Há um descontentamento da classe, por conta de um diagnóstico que foi feito na cidade de São Paulo, realizado por um profissional gabaritado e que o mesmo não ficou na coordenação da Saúde Bucal. Fala do baixo número de equipes de Saúde Bucal em relação às equipes de ESF. UBS Integral ainda não está claro. Sobre os insumos odontológicos e a manutenção preventiva, o custo é muito maior que outras áreas, porém a necessidade é grande também. Como será o RH da UBS Integral? E parabeniza pela assessoria que foi contratada.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Parabeniza pelo exercício do controle social e da cidadania que está sendo realizado. Sobre a Comunicação, é necessário garantir a divulgação das atividades do CMS e dos conselhos gestores, através da Rede São Paulo Saudável, a confecção e distribuição de impressos, uma equipe de Assessoria de Imprensa para assistir ao CMS, e a contratação de estagiário de jornalismo para assessorar a Comissão de Comunicação.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sobre o item Modalidade Básica, Requalificar 50 UBS em Funcionamento Priorizando as Unidades que Atuam como AMA Acoplada para o Conceito de UBS Integral. Média de atendimento mensal, de acordo com o São Paulo Carinhosa, é de 7500 para UBS e 7600 para AMA, totalizando em torno de 15 a 16 mil. O item 3 transforma unidades com 2 equipamentos em uma UBS Integral, e não existe um conceito muito bem definido sobre isso. Como será o atendimento? Acha que até o Congresso de Comissões, este item deve ser suprimido, pois não dá pra aprovar um conceito, sem a total clareza dele. Existe uma demanda da outra gestão sobre a questão de carros para auxílio de conselheiros deficientes. Essa demanda está na programação, mas já era pra estar sendo aplicada. Este item tem urgência. Controle Social: AGP não pode representar o Conselho. Pode representar um segmento, mas não o Conselho. Não é saudável a concorrência do controle social com a AGP. Para ajudar o ideal é que AGP participe em conjunto com o Conselho.

O Conselheiro Titular representante dos Conselhos de Atividade Função FIM: Parabeniza a SMS pelo plano, pois sabe a dificuldade que é para confeccioná-lo. Sobre a Saúde Escolar, é importante pensar em diretrizes para os profissionais de saúde, com interface com os profissionais da educação, pois um dos argumentos para projetos de lei, é que não existem diretrizes para crianças que precisam de serviços de saúde. Existe uma grande discussão sobre o assunto, mas é importante a confecção de diretrizes. Se não for possível para esta programação, que seja para a próxima.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: É necessário capacitar os profissionais para atendimento a Autistas, e com deficiência intelectual. Precisamos de centros de atendimento, que estão concentrados na AACD. É necessária a ampliação destes serviços para o resto da cidade. O CER além do atendimento, também faz a triagem de órteses e próteses, e isso tem demorado muito por conta da falta de profissionais nas unidades. É necessário definir diretrizes para reduzir essa fila de espera. É fundamental o transporte para os deficientes poderem participar destas reuniões. Os representantes não têm nem os intérpretes.

A Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Acha que a região Oeste está esquecida. Fala que a gestão e o conselho estão sabendo trabalhar e fazendo uma boa gestão. Existem muitas reclamações sobre as unidades da região. Existem unidades com situação precária na parte de Saúde Bucal. A região de Jaguaré manda as demandas de Saúde Mental para Pinheiros. Sobre Saúde Ocular, tem uma filha que necessita de cirurgia, e até agora não conseguiu resolver. Sobre contratos, devem passar primeiro pelo CMS. Sabe de muitas reclamações sobre ouvidorias. As UBS da região não estão conseguindo atender a demanda.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Sobre o item Participar de 100% das reuniões da Comissão de Saúde da População Negra do CMS, não fica claro quem participará. Sugere melhoria na redação.

A Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Lê a nova redação. Garantir a participação de 100% da Comissão nas reuniões da Comissão de Saúde da População Negra no CMS; analisar o recorte raça/cor em 100% das informações epidemiológicas sobre tuberculose e outras doenças virais e também na Saúde Mental.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Complementa dizendo que na Saúde Mental não entrou a questão da Saúde da População Negra, mas que existe uma correlação muito alta entre as duas.

O Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Nas metas da Atenção Básica fala da ausência de itens sobre a Estratégia de Saúde da Família e muitos itens sobre a UBS Integral. Não sabe o conceito de UBS Integral e desconhece também alguma portaria ou regulamentação sobre a Atenção Básica e que diga algo sobre o modelo de UBS Integral. Fala que é uma inovação, mas é preciso saber como funciona exatamente. Sobre a Estratégia de Saúde da Família existem estudos em revistas científicas que mostram que os municípios com esse modelo têm índices menores de mortes por doenças cardiovasculares. Pergunta onde se encaixa a ESF dentro da UBS Integral. Pergunta ainda se existe um projeto de longo prazo para sanar todos os problemas de RH.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Essa é uma discussão complexa pela quantidade de itens. O encaminhamento fundamental é recolher todas as sugestões e críticas para poder avaliá-las e integrá-las ao plano. Sobre Saúde Bucal, está ocorrendo um resgate desta área que foi abandonada durante muito tempo. Já há uma licitação para contratação de próteses que deverá ser concluída nos próximos dias. Ressalta a necessidade de diálogo maior com as entidades da odontologia e da saúde bucal. Já está sendo marcada uma reunião para isso. Em breve começarão a ser chamados os duzentos dentistas oriundos do último concurso público. Primeiramente começará o chamamento para o Cachoeirinha e o SAMU que são as principais urgências médicas. Informa que já conversou com alguns sindicatos a respeito da possibilidade de uma recepção conjunta para esses novos dentistas. Sobre o CMS x AGP, acha que a forma como está escrita no documento está errada. Forma correta é

apoiar a realização. Estão abertos em rever a legislação sobre essa questão e não há nenhum interesse em sobrepor ou disputar a gestão com o Conselho. Deve haver integração e não concorrência, porém a gestão não deixará de manter contato direto com a população. Se tiver que fazer uma plenária com a população, a gestão fará, pois isso é autonomia do Executivo. Em relação a contratos, não serão passados os contratos pelo Conselho antes da assinatura, pois isso faz com que o Conselho perca o poder regulatório. O Tribunal de Contas não vê os contratos antes que eles estejam devidamente assinados. Isso é poder de controle e regulação. Verificar antes da assinatura, é entrar no poder executivo, e aí todos responderão pelos contratos, assim como a gestão responde. Isso não é papel do CMS. Deve existir uma autonomia dos órgãos de fiscalização. Sobre classificação de risco em UBS não tem nada a ver com classificação de risco de Urgência e Emergência. No caso das UBS, deve ser voltada ao acolhimento técnico e humano adequado, se ela precisa ou não de atendimento no dia, se ela precisa ser matriculada em algum grupo. Está sendo definida uma classificação única para o município, que provavelmente será a definida pelo Programa Nacional de Humanização do Ministério de Saúde e não pela classificação de Manchester, pois onera pagamento de royalties. Fila de espera continua grande, mas já houve uma inversão, com redução de 19%, por conta das ações feitas, dentre elas o agendamento automático, ligações telefônicas e sms. Quinze dias antes da consulta o usuário é avisado. Já houve redução do absenteísmo, mas ainda pode melhorar. Há overbooking sim, mas controlado. Cinquenta por cento dos cadastros estão desatualizados. Reestruturar o sistema de agendamento e oferecer mais serviços. Hospitais Dia auxiliam nisto. Sobre falta de medicamentos e materiais, já foi discutido, e estão trabalhando para melhorar. Problemas são com os laboratórios, que não entregam. Laboratórios são punidos com multa, mas isso não faz os medicamentos chegarem. É um momento delicado de relacionamento do SUS com os laboratórios. O Estado também tem encontrado os mesmos problemas. Será enviado ao CMS uma lista com os medicamentos que estão faltando, e a razão. Com relação à Pessoa com Deficiência e a Saúde Escolar, concorda que as metas apresentadas são poucas, mas que novas metas serão elaboradas. Ainda sobre a Saúde Escolar, fala que muitos problemas devem ser avaliados se realmente são médicos, ou se têm a ver com o modo de vida dessas pessoas. Avaliar o que cerca a vida das pessoas para definir os melhores caminhos para intervenção. Sobre a Saúde da População Negra, concorda com a sugestão da Sheila e será incorporada ao documento. Coordenadoria Centro-Oeste está sendo separada a fim de melhorar o atendimento na região central. Não consta para 2014, mas estão sendo preparadas três UPAs para a região central: Vergueiro, Helvétia e Sé. Uma delas será na Rua Tamandaré, para apoiar o HSPM. Sobre a Estratégia de Saúde da Família, UBS Integral e Mais Médicos, é preciso melhorar a qualidade do debate a respeito disso. O município possui apenas 33% de cobertura em ESF. Fala que o profissional médico de Saúde da Família está em falta e que os profissionais que vieram do Programa “Mais Médicos”, ajudaram a reduzir o déficit nas equipes que estavam descobertas. É necessário planejar estratégias diferentes para conseguir cobrir o atendimento na cidade de São Paulo e criar um modelo. As AMAs são uma consequência da falta disso. Mais de nove milhões de consultas ao ano, sem resolutividade e sem vinculação do paciente. Por isso, é preciso ter diversos tipos de atendimento, agendado e espontâneo, no mesmo local, com uma estratégia diferente, que vincule o paciente àquele equipamento. São necessárias programações e profissionais específicos para isso. A meta é fazer uma boa Atenção Básica. Fala que pela primeira vez está sendo preparado um projeto para a contratação de agentes comunitários de saúde, via serviço público e não por parcerias, que será levado futuramente à Mesa de Negociação. Ressalta a proposta de levar dez conselheiros para visitar uma UBS Integral (Jd. Edith). Em relação ao “Mais Médicos”, entende que foi preparado para durar três anos, pois outro governo não sustentará esse Programa, pois há muitos preconceitos quanto a trazer médicos de fora. Avaliação da gestão é um pouco conflituosa com a corporação médica, pois a gestão entende que faltam médicos, enquanto a corporação acha que o que falta é a oferta de boas condições de trabalho. Ampliação da residência médica, concurso público e a nova carreira dos profissionais da saúde estão sendo feitos para melhorar a oferta. O protocolo da Hepatite está revisado com base em

evidências científicas. Linha de Cuidados da Hepatite deve ter um fluxo de atendimento, linha de cuidados, tratamento.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Sobre vacinas, fala que há um indicador novo proposto pelo Ministério da Saúde que avalia a cobertura vacinal em oito vacinas do calendário básico. A meta é alcançar a cobertura ideal em cinco destas oito. Melhorar o acesso às vacinas em conjunto com a Atenção Básica e utilizar o SIGA para melhorar os indicadores da cobertura vacinal também são metas. Sobre as Clínicas de Reprodução Assistida, é função da vigilância sanitária fazer a regulação dessas clínicas. Sobre o controle de cúlex, fala que constam três itens a respeito: projeto para contratar mecanismo fixo para monitorar a presença dos mosquitos; aquisição de dois aerobarcoos para dispersar o larvicida no rio Pinheiros, e a aquisição de um novo tipo de larvicida. O desejo é melhorar e ampliar a capacidade de controle do cúlex, assim como do aedes aegypt. Consta ainda do documento sete itens que falam sobre o controle da dengue, inclusive com o comitê Intersecretarial. Fala que está sendo construída uma minuta sobre a criação do Comitê Intersecretarial que deverá ser apresentada em breve ao Conselho.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Informa que está ocorrendo à licitação do transporte para as pessoas com deficiência, e acredita que em 30 dias a empresa já estará contratada.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sobre a UBS Integral entende que ainda não ficou claro o conceito. Quer saber como serão absorvidos os atendimentos dos AMAs?

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Solicita que o conselheiro Alex respeite a condução da mesa, porque se abrir a palavra a um, terá que abrir a todos os 64 conselheiros.

A Coordenadora da Atenção Básica da SMS, Dra. Rejane Calixto: Sobre o Programa de Saúde na Escola, complementa dizendo que, além do que foi discutido, existem outras ações de saúde escolar, como triagem de acuidade visual. Atualmente existe uma pactuação com o Ministério da Saúde de mais de 1500 escolas, sendo que até o meio deste ano era de apenas 300. A Atenção Básica fez uma reestruturação do Programa e está articulando as ações com a Secretaria Municipal da Educação.

A Diretora da Escola Municipal de Saúde, Laura Santucci: Refere que a proposta de criação da Comissão de Educação Permanente é super bem vinda. Sempre apresentou as propostas ao Conselho e cita a Rede Sampa. Fala ainda que a EMS possui assento na Comissão Inter-Intraconselhos e que estão discutindo com o CMS e com as Coordenadorias a revisão do Plano de Educação Permanente do Conselho.

O Assessor Técnico da SMS, Dr. José Cláudio Domingos: Sobre a criação da programação e do plano, conforme a fala do secretário é muito difícil realizar a análise apenas de um recorte. Muitas das sugestões estão no plano. A programação é apenas uma parte.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Fala que o governo foi eleito democraticamente, e reafirma que existe uma política eleita de forma democrática, política eleita que não constava AMA, não constava acoplamento de unidades, destruindo a Atenção Básica. Não farão isso. Mas constava o fortalecimento e a reestruturação da Atenção Básica. Está no Programa de Governo. O que quer é discutir como será a operacionalização disso. Daí a importância da realização do Congresso.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Se formos abrir debate, seriam muitos assuntos. Podemos incluir no congresso. Consulta o Pleno sobre a abertura de mais inscrições.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Faz uma proposta. Cronometrar 1 minuto para considerações dos conselheiros inscritos.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita uma questão de ordem. Acha que existe um descompasso em algumas questões e é função dos conselheiros apontá-las. Sugere que as respostas sejam feitas por escrito e enviadas ao CMS, e que se monte um cronograma para análise do Plano Municipal.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Em relação à Programação Anual de 2014, acha que podem aprová-la hoje, com as ressalvas apresentadas e depois enviem ao Julio as sugestões propostas neste pleno, por e-mail, de forma objetiva e clara.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Em virtude da gravação de áudio, acha que é mais fácil a Secretaria do Conselho enviar as propostas feitas, para que os conselheiros avaliem.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Fala que houve pessoas que fizeram discurso enorme e confundiram as coisas. Mantém a proposta de que os conselheiros enviem à Secretaria Geral as suas sugestões.

O Conselheiro Titular representante dos Sindicatos Patronais: Propõe que o material seja enviado aos conselheiros, que cada um analise e depois devolva para compilação.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que o material foi distribuído na reunião extraordinária do dia 28/08, e que na reunião ordinária foi definido que hoje haveria a aprovação da programação.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Sugere que o Júlio faça um documento com as questões que foram anotadas, encaminha aos conselheiros que avaliam se tem algo a incluir e devolvem. Aí se encaminha ao gabinete para que as respostas sejam enviadas. A aprovação independe da ressalva.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Acha que sobre a Programação Anual de Saúde já havia sido esclarecido, e que seria votado com ressalvas. Existe outra questão, o RAG ainda precisa ser analisado e votado. Pede que a Comissão de Orçamento agilize a questão do RAG 2013.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Fala que os conselheiros receberam a programação, analisaram e fizeram suas pontuações. Muitas das questões que colocou não foram respondidas. Sabe quais são e vai passar por e-mail. Não vai aguardar o envio pela secretaria do conselho. Quer que os conselheiros respeitem seu trabalho.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Acha que pode ser aprovado “ad hoc” com as ressalvas, que serão discutidas no próximo Pleno. Existem ressalvas que não serão atendidas porque o executivo não concorda. Não se pode deixar de aprovar um plano inteiro, por conta de um ou outro item. A Gestão não está assumindo um compromisso de que todas as ressalvas que vierem serão incorporadas. O mesmo vale para o Plano.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Sugere que aprovem com ressalvas, e o governo depois responda, pois serão cobrados se não responderem.

O Conselheiro Titular representante dos Conselhos de Atividade Função FIM: Uma coisa muito comum aqui é o desrespeito ao regimento. Existe um rito de respeito às falas. As reuniões são pouco efetivas por conta desta falta de respeito.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em processo de votação nominal a aprovação da Programação Anual de Saúde 2014 com as ressalvas realizadas neste Pleno.

A favor - 22 votos

Contra – 0

Abstenções – 02, sendo uma com declaração de voto.

Aprovada a Programação Anual de Saúde 2014 com as ressalvas realizadas neste Pleno.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Vota pela abstenção, pois acredita que as ressalvas devam ser aprovadas também, e não está vendo isso. Acha difícil aprovar dessa forma, pois não teve resposta a alguns questionamentos.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que haverá pausa para o lanche, e em seguida haverá a apresentação do Plano. Solicita que haja uma organização melhor da secretaria sobre a distribuição dos CDs.

Pausa para o lanche.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Retoma a reunião.

3 - Apresentação da estrutura do Plano Municipal de Saúde 2014/2017 e seu processo de elaboração

A Assessora Técnica da SMS, Kátia Cristina Bassichetto: Agradece e inicia a apresentação da versão preliminar do Plano Municipal de Saúde 2014/2017 (PMS). Lembra que a apresentação tem por objetivo não discutir hoje o conteúdo, mas informar a estrutura do documento para facilitar o entendimento. O Plano é a expressão da responsabilidade municipal com a saúde da população. É uma síntese do processo de decisão sobre o que se pretende fazer para evitar um conjunto de problemas. Refere que o processo de elaboração contempla tripla dimensão: política, técnica e econômica. É uma obrigação que consta no Decreto nº 7508/11 que regulamenta a Lei nº 8080/90. Processo de planejamento da saúde será ascendente e integrado do nível local até o federal, ouvidos os respectivos

conselhos de saúde, compatibilizando-se as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade de recursos financeiros. Informa que desde 2013, foram realizados encontros de planejamento com as áreas técnicas da SMS e solicitado que essas áreas fizessem uma atualização dos diagnósticos e formulassem propostas de superação baseados nos problemas. O PMS é um recorte do compromisso de que ações o município pretende fazer no sentido de enfrentar alguns problemas que foram priorizados. Em setembro de 2013 foi publicada a primeira edição do “Documento de Apoio ao Processo de Planejamento Estratégico da SMS”. Em 25 de novembro de 2013 houve o primeiro seminário sobre o Plano Municipal de Saúde – Compromisso com o SUS, e durante o ano todo foi atualizado o diagnóstico da saúde. Foram sistematizados os principais problemas e propostas de superação, reorganizadas as áreas temáticas da SMS e aprovadas no Ministério da Saúde quatro Redes de Atenção: Psicossocial, Cegonha, Urgência e Emergência e Viver sem Limites (Pessoa com Deficiência). Em fevereiro de 2014 foram realizados os Encontros Regionais de Planejamento em cada uma das CRS. Em março de 2014 foi entregue ao Conselho o Relatório Anual de Gestão 2013. De abril a agosto foi dado suporte às supervisões técnicas de saúde (STS), coordenadorias regionais de saúde e áreas técnicas da SMS para a elaboração das metas estratégicas, indicadores de resultado e demais conteúdos do PMS. Em agosto de 2014 foi apresentada a Programação Anual de Saúde 2014 e hoje apresentada a estrutura do PMS. Será organizada agenda para discussão sobre o conteúdo do Plano no mês de outubro de 2014, com incorporação das mudanças que foram pactuadas, com previsão de aprovação em novembro de 2014. Sobre a estrutura do documento, é formado por três módulos: I - metas suprarregionais, II - metas por Coordenadoria Regional de Saúde e III - metas por Subprefeitura. No sumário consta o número contínuo das metas por subcategoria, o que facilita a visualização do total de metas. Finaliza a apresentação exemplificando algumas metas e os indicadores de resultados colocados no Plano. Refere ainda que será organizada uma agenda com as CRS para a discussão dos Módulo II e III.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Agradece o trabalho da Kátia e o auxílio do José Cláudio. Trabalho foi muito importante, muito dedicado, com muito respeito a todo o processo e que engrandece esse trabalho. Refere que este plano veio inicialmente para o Conselho. Será discutido primeiramente com o Conselho. Trata-se de uma versão preliminar.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Agradece em nome todos. É um momento de alegria para todos. Acredita na descentralização. Participou do planejamento em sua Unidade, do CEO, do CAPS, da Supervisão e da Coordenadoria. Está tendo uma visão da política de saúde. A partir de agora tem subsídios para acompanhar e cobrar.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Ressalta a necessidade de uma agenda para começar as discussões.

A Assessora Técnica da SMS, Kátia Cristina Bassichetto: Encaminhará proposta de agenda.

4- Portaria sobre a regulamentação do medicamento Metilfenidato

O Conselheiro Titular representante dos Conselhos de Atividade Função FIM: Encaminhou material com moções de apoio à portaria, a portaria e um relatório de análise feito pela ANVISA sobre o medicamento. Parabêniza a gestão pela portaria. Explica que este medicamento é utilizado por pessoas com déficit de atenção, com ou sem hiperatividade, e muito comum para crianças e adolescentes. É tarja preta, gera dependência, e existem vários artigos sobre os riscos e benefícios deste medicamento. Há

diversas matérias sobre a importância desta portaria, que visa regulamentar a prescrição. Existe a necessidade de diagnóstico de uma equipe multidisciplinar para a prescrição do medicamento. Esta portaria estabelece critérios para prescrição. É necessário um acompanhamento, pois o mesmo não é para prescrição em longo prazo. A meta análise feita, trouxe uma série de questões, que a portaria está em consonância. Porém algumas instituições se posicionaram contrárias, pois entendem que ela coíbe a utilização do medicamento. Na verdade ela visa à necessidade de uma equipe multidisciplinar para prescrevê-lo. Entende que o CMS deve se posicionar a respeito, e que esse posicionamento deve ser favorável a portaria.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Solicita que a responsável farmacêutica cite sobre o cuidado que houve discussão e criação desta portaria.

A Coordenadora da Assistência Farmacêutica da SMS, Dirce Cruz: Informa que o medicamento está na SMS desde 2007. Naquela época já haviam feito um protocolo de uso, com as mesmas preocupações de hoje. Protocolo previa que qualquer médico que decidisse pela prescrição desse fármaco deveria, a partir de uma tabela de riscos, manifestar o grau de comprometimento da criança, para que pudesse ser corresponsável na dispensa do medicamento. Em 2011, foi feita uma avaliação em conjunto com a Saúde Mental, e o processo ainda não estava bom. Por ser uma anfetamina, ele traz alguns benefícios, mas também traz muitos riscos. Crianças que utilizam o medicamento num curto espaço de tempo podem ter benefícios, com a ajuda de outras terapias. Foram feitas diversas discussões com os principais profissionais de São Paulo que prescreviam o medicamento, médicos, e equipe multiprofissional, a fim de que pudessem rever essa prescrição, pois o protocolo ainda não apresentava qualidade. ANVISA, Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde, Governo do Estado começaram a soltar documentos dizendo que o Brasil estava se tornando o maior consumidor do medicamento.

O Conselheiro Titular representante dos Conselhos de Atividade Função FIM: Em 10 anos houve um aumento de cerca de 700% na quantidade de caixas prescritas no Brasil.

A Coordenadora da Assistência Farmacêutica da SMS, Dirce Cruz: O caminho era realmente a discussão sobre o assunto de forma global. Algumas instituições parceiras da SMS, universidades reuniram-se por diversas vezes e rediscutiram o que estavam fazendo, o que a literatura médica atual dizia. A abordagem dessas crianças deve ser feita sempre por uma equipe multiprofissional, sem limitar-se exclusivamente ao uso de um medicamento. Estabeleceu-se esse protocolo, e agora uma portaria. Houve algumas interpretações de que estaríamos coibindo o uso, mas não é isso. Esta portaria entrará em vigor, a partir de 01 de outubro.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Todas as pessoas que necessitam, continuarão a ter acesso ao medicamento. Não estamos tolhendo a ação médica. O que estamos definindo, é que esta prescrição não é só do médico, mas depende da avaliação de uma equipe multiprofissional.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Essas questões são importantes, pois há a necessidade de implantar o projeto de uma Rede de Atenção Psicossocial integrada do médico com todos. Não é possível medicalizar a vida dessa forma. Processo é fazer a saúde integrada, a sociedade discutindo, os profissionais discutindo, o usuário podendo opinar o que ele quer afinal. Mascarar problemas não resolve, apenas agrava. Ficar gastado dinheiro com medicações altíssimas, em detrimento à Atenção Básica? Regular a relação custo x benefício dos medicamentos. A benzetacil sumiu do mercado porque os laboratórios querem introduzir medicações mais caras.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Acha que deve ser uma moção de apoio.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita uma questão de esclarecimento. Não viu sobre a formação da equipe multiprofissional. O que contempla?

A Coordenadora da Assistência Farmacêutica da SMS, Dirce Cruz: É a equipe multiprofissional da Unidade, do CAPS, normalmente composta de psicólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, enfermeiro, farmacêutico, assistente social, para um olhar integral. Estas equipes variam, mas basicamente é esta composição.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Em regime de votação, aprovar moção de apoio à Portaria da SMS que regulamenta o uso do Metilfenidato.

Aprovado por aclamação.

MOÇÃO nº 004/2014

Moção de apoio do Conselho Municipal de Saúde do Município de São Paulo à Portaria 986/2014 da SMS-SP

O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 187ª Reunião Plenária Ordinária realizada em 11 de setembro de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998 e pelo Decreto nº 53.990, de 13 de junho de 2013, vem a público manifestar o seu apoio à Portaria 986/2014, da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, que institui um novo protocolo para a dispensação do Metilfenidato.

Apesar do que vem sendo noticiado por diversos veículos de comunicação, a portaria não restringe ou burocratiza o acesso ao medicamento, muito menos tolhe o ato da prescrição médica. O que a Portaria 986/2014 institui é a regulamentação da dispensação do Metilfenidato, que deve ser acompanhada e indicada por equipe multiprofissional. Uma decisão baseada tanto na literatura médico-científica, assim como nas próprias “considerações especiais” contidas na bula do Metilfenidato(1).

Reiteramos que a portaria elaborada visa a favorecer a indicação e uso da droga de forma criteriosa, analisando: a gravidade do distúrbio, idade e histórico familiar do paciente. Impõe cuidado no diagnóstico e tratamento dos transtornos de atenção e ressalta a importância de atenção multidisciplinar e psicossocial diante esses casos.

A portaria da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo está coerente com as inúmeras evidências científicas acumuladas ao longo dessas três décadas de tratamento do TDAH, assim como com os estudos desenvolvidos pela Anvisa e que apontam para o aumento desmedido do uso do Metilfenidato no Brasil em anos recentes e no quadro internacional (2), assim como para a baixa qualidade metodológica dos estudos que atestam a segurança e a eficácia do tratamento de TDAH com o uso do mesmo fármaco (3) e com a preocupação de categorias, como a dos farmacêuticos, sobre a dispensação desse medicamento(4).

O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, que tem por finalidade atuar e deliberar na formulação e controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado (5), considera que a Portaria 986/2014 merece o mais irrestrito apoio, na medida em que visa a proteger a nossa população das consequências patogênicas do tratamento não

critérios dos comportamentos rotulados como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.

Conselho Municipal de Saúde de São Paulo

(1) http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=1975702014&pIdAnexo=1989280

(2) http://www.anvisa.gov.br/sngpc/boletins/2012/boletim_sngpc_2_2012_corrigeo_2.pdf

(3) <http://200.214.130.94/rebrats/publicacoes/brats23.pdf>

(4) <http://portal.crfsp.org.br/component/content/article.html?id=4758:revista-do-farmacoeutico-113-tecnica-e-pratica>

(5) http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/conselho_municipal/index.php?p=6034

5 - Hospital Universitário da USP

O Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Fala que as universidades estaduais estão passando por crise financeira muito importante, talvez a maior crise financeira das universidades públicas estaduais da história, e afeta diretamente a USP. A crise levou a uma questão salarial entre a universidade e seus funcionários que culminou em greve. Essa crise se agravou, quando foi veiculado que existia uma intenção de desvincular o Hospital Universitário da universidade. Havia uma proposta da reitoria de colocar o hospital para o Governo do Estado, via administração direta ou autarquia do Hospital das Clínicas. Isso intensificou os movimentos grevistas. Trabalhadores são contra a desvinculação, pois entendem que o hospital é um campo de estágio e formação de recursos humanos, muito importante, para a universidade. O hospital presta grande serviço aos moradores da região e também de municípios vizinhos. Esse impasse compromete o atendimento do hospital, o que sobrecarrega os serviços de saúde do município. Propõe que seja solicitado um posicionamento ou explicações a duas autoridades que talvez estejam diretamente ligadas a isso, o reitor Zago e o Secretário de Saúde, David Uip. Que eles se posicionem sobre essa situação. Convida a todos para participarem em 16/09, às 20h, no SIMESP (Sindicato dos Médicos de São Paulo), do evento "SIMESP Debate", para debater o assunto. Foram convidados o reitor Zago, David Uip, entre outros. O sindicato acha que é um retrocesso muito grande a desvinculação do Hospital da USP, e que o verdadeiro responsável não se manifestou, que é o Governador Geraldo Alckmin. Isso é fruto de uma política de educação superior equivocada. As últimas gestões de reitoria foram com obras monumentais, que levaram a crise.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Questão de esclarecimento. Fala da necessidade do CMS andar mais próximo do Conselho Estadual de Saúde. O CES tomou conhecimento disso e estão ocorrendo discussões sobre o assunto. Além disso, existem mais 14 faculdades de medicina, já publicadas no Diário Oficial, que serão abertas em diversas cidades e que algumas, a priori, não têm a estrutura necessária para recebê-las. Haverá um Pleno no Conselho Estadual para discussão do tema, com a participação do Dr. David Uip, representantes do Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde. Socializará o cronograma com a secretaria executiva do CMS. Há a necessidade de discussão da capacidade de formação dos profissionais nessas faculdades que serão abertas.

A Conselheira Suplente representante do Poder Público: Informa que há uma resolução da 17ª Conferência que solicita que se passem os Hospitais Gerais e o Hospital Universitário passem para a gestão plena do município.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Entende que o hospital deva continuar atrelado à Escola.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: É uma requisição de esclarecimento, porque está sendo tomada essa atitude de ser levado para o Estado?

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: É favorável ao encaminhamento do conselheiro Éder.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Em regime de votação a elaboração de ofícios à reitoria da USP e ao Secretário Estadual de Saúde, solicitando esclarecimentos e posicionamento sobre a desvinculação do Hospital Universitário da USP.

Aprovado por aclamação.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Devemos tirar uma delegação para acompanhar a discussão no Conselho Estadual, e tirarmos um documento que se não for em conjunto, que seja ao menos na mesma linha.

B - Deliberações

1.Indicação de 10 conselheiros para visita à UBS Integral Jd. Edith

Os conselheiros Renato, Maria Adenilda e Maria Aparecida manifestaram interesse.

2.Referendar a indicação da conselheira Marcionília Nunes de Lima como titular e indicar 01 (hum) suplente para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Hospital Bandeirantes;

Aprovada a indicação da conselheira Marcionília Nunes de Lima como titular. O segmento dos portadores de patologias indicou o Sr. José Araújo Lima Filho como suplente.

3.Indicação de 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) suplentes para compor o Conselho Gestor do HSPM (Hospital do Servidor Público Municipal)

Serão indicados na próxima reunião plenária.

4.Indicação de 01 (hum) representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital 09 de Julho, em substituição ao conselheiro Francisco Pereira Lima

Foi indicado o Sr. Sr. José Araújo Lima Filho, representante dos portadores de patologias.

C - Aprovação das Atas da 186ª Reunião Plenária Ordinária e 3ª Reunião Plenária Extraordinária

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação das Atas da 186ª Reunião Plenária Ordinária e 3ª Reunião Plenária Extraordinária.

Aprovada por aclamação.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa sobre o caso do Toninho, conselheiro de saúde da região de Parelheiros. Relembra do relato do conselheiro que chegou à Unidade acompanhando um familiar e o médico se recusou a atender enquanto o mesmo

permanecesse no local. Uma mãe que estava aguardando o atendimento do filho se revoltou com a questão e foi agredida pelo médico. Ao fazer visita ao local, a conselheira ficou sabendo que a questão era um pouco diferente: eram três médicos e um quis agredir o Toninho. Houve uma série de denúncias e mediante a gravidade das denúncias, que o CMS não tem governabilidade sobre as OS's, sugeriram que se monte uma averiguação preliminar, publicada em D.O, de acordo com os trâmites legais da PMSP, para apuração do fato. Acha que desta forma haverá punição do profissional, caso assim seja definido pela averiguação. Se não for acatado pela administração isso, não vêem outra saída.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Diz que a administração vai conduzir uma averiguação. Sindicância será aberta. E a farão de forma imparcial, cautelosa e cuidadosa, para que possam tomar uma decisão correta.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Em uma averiguação preliminar, a gestora da OS's pode exigir que o profissional vá para esclarecer.

D - Informes da Mesa

O Secretário Geral do Conselho: Lê os informes.

A - O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que recebeu os seguintes documentos:

- 1- Ofício do Movimento Popular de Saúde do Centro indicando a Sra. Marcionília Nunes de Lima como suplente do segmento no CMSSP;
- 2- Ofício do Fórum do Conselho de Atividades Função FIM indicando a Dra. Adriana Maria Lopes Vieira para substituir o Dr. Carlos Augusto Donini no CMSSP;
- 3- Ofício do Fórum dos Portadores de Patologias do Estado de São Paulo indicando o Sr. Nadir Francisco do Amaral para compor o CMSSP em substituição à Sra. Elisandra Vilela Gasparetto Sé;
- 4- E-mail da Sra. Cintia Vasconcelos convidando a Coordenadora da Comissão Executiva para participar do IX Congresso Internacional da Rede Brasileira de Cooperação em Emergência – RBCE, realizado no período de 26 a 28 de agosto, na Uninove – Vergueiro;
- 5- Cópia da Programação Anual de Saúde 2014 e do Sispacto 2014;
- 6- Revista RADIS – Edição nº 143;

B- O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que, encontram-se nas pastas dos Conselheiros os seguintes documentos:

- 1- Convocatória e pauta da 187ª Reunião Plenária Ordinária do CMSSP;
- 2- Relatório da participação das conselheiras Maria Adenilda Mastelaro e Cássia Liberato Muniz Ribeiro no Seminário de Educação Permanente, realizado nos dias 13 e 14/08, em Brasília;
- 3- Proposta metodológica para a 15ª Conferência Nacional de Saúde;
- 4- Cópia dos Repasses Financeiros – Estado/Município;
- 5- Boletim da Prestação de Contas da SMS – nº 01 – Setembro 2014.

E - Informes dos Conselheiros

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Ressalta que houve um grande trabalho na votação do Plebiscito Por Uma Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político. Apesar de terem sido hackeados, receberam mais de 1,7 milhões de votos pela internet, e que até o dia 14, haverá a apuração dos votos físicos. Até o dia 21 a Nacional, e no dia 24 de setembro haverá um anúncio do resultado. A mídia ignorou. Parabeniza o Movimento Popular de Saúde que se engajou no assunto de forma impressionante. Agradece a todos os apoiadores.

O Conselheiro Titular representante das Associações de Profissionais Liberais: A Associação Odontológica, juntamente com outras entidades odontológicas conseguiu uma audiência pública na Câmara Municipal, dia 17/09, às 14hs, com o tema ampliação dos cargos, ações e progressões de carreira, remuneração e atuação do governo municipal. Isso se deve porque algumas demandas da categoria não têm sido contempladas nas reuniões de negociação. Problemas de RH, insumos, não foram contempladas.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Trouxe um estagiário, médico-residente da faculdade de medicina preventiva da USP, que está concluindo o estágio no CEInfo para assistir a reunião, conhecer o CMS, suas atribuições. Fala da importância de se trazer esses profissionais para dentro do Conselho.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Pede doação de jornais para o CCZ (Centro de Controle de Zoonoses). Solicita também que quem receber pedidos de adoção, se não puder adotar, que pelo menos compartilhe a informação.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Fica preocupado com o sumiço do conselheiro Maurício e gostaria de reiterar a importância dele. No dia 02, a UMPS fez sua reunião nos radialistas, onde discutiram de duas a três horas sobre o plebiscito. Utilizaram uma rádio e uma TV Web, que atingiu vários países. Acha que deve ser feito um documento único entre o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Estadual de Saúde sobre a questão do Hospital Universitário da USP.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Informa que aconteceu o Encontro de Conselheiros Gestores da Região Sudeste, na Universidade São Judas Tadeu, na Mooca, com a participação de cerca de 400 pessoas. Não pode comparecer ao evento, em virtude da coincidência de data com a reunião da Comissão de Comunicação.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Fala que participou desse evento.

O Conselheiro Titular representante dos Conselhos de Atividade Função FIM: Informa que há um projeto de lei da Associação Brasileira de Psiquiatria, de emenda ao Código Penal Brasileiro, instituindo a Psicofobia como crime, porque interpretam que as pessoas que lutam contra os processos de medicalização são preconceituosas com relação aos transtornos mentais, e inserir isso dentro da legislação que criminaliza movimentos sociais, ações, pessoas, etc. que atuam no sentido de questionar esse movimento da saúde que busca medicalizar os comportamentos. Esse projeto é em âmbito Federal.

A Conselheira Suplente representante das Centrais Sindicais: Recebeu convite do Conselho Estadual de Saúde para o Ciclo de Palestras de Vídeo Conferência, devolutivas da 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, que serão realizadas nos dias 16/09, 24/09, 14/10 e dia 22/10, sempre às 14hs. Quem quiser assistir em grupo, pode comparecer à Rua Conselheiro Crispiniano, 20, Centro. Convida também para a plenária no dia 24/09, às 14h, no Sindicato dos Comerciários de São Paulo, 12º andar. Nesse dia serão discutidos os anexos B 91 e B 31. Foi convidada uma perita do INSS para a reunião. Fala ainda que houve alteração na data Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, devendo ocorrer só em dezembro.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sobre a questão da vacina antirrábica, até esse mês ainda não foi administrada. Quer saber o motivo do atraso, data e prazo para a campanha.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Sobre a participação do CMS nas oficinas de assistência farmacêutica, encaminhará resumo para que conste na ATA. Chamou muito a atenção a RENAME. Tudo que é necessário está nesta lista. Dentro da portaria, é colocada a renda per capita, que o governo investe em cada um dos níveis. *Resumo: O Conselho Municipal de Saúde foi convidado pelo SINFAR Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo e pela Escola Nacional dos Farmacêuticos a participar das Oficinas Estaduais “10 Anos PNFA/Política Nacional de Assistência Farmacêutica” etapa estado de São Paulo, realizada nos dias 29 e 30 de Agosto/2014. As oficinas estão sendo realizada pela Escola Nacional de Farmacêuticos, FENAFAR – Federação Nacional dos Farmacêuticos, Conselho Nacional de Saúde, com apoio do Conselho Federal de Farmácia e ABEF – Associação Brasileira de Farmácia, em vários Estados Brasileiros. O Conselho Municipal de Saúde, teve sua representação pelos conselheiros Maria Adenilda Mastelaro e Vita Aguiar de Oliveira, representantes do segmento usuários, Deodato Rodrigues Alves, representante do segmento dos trabalhadores. A Oficina em São Paulo teve a participação de vários Conselhos Municipais do Estado, representante do CNS, Escola Nacional de farmacêuticos, FENAFAR entre outros órgãos. Abertura dos trabalhos iniciou-se com apresentação da Resolução CNS 338 de 06/05/2004, a qual faz parte do arcabouço da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, também das propostas aprovadas nos 5 (cinco) Encontros Preparatórios para a 14ª Conferencia Nacional de Saúde, realizados pela Escola Nacional dos Farmacêuticos e Federação Nacional dos Farmacêuticos-Ano 2011, propostas de Resoluções do 7º Congresso da Federação Nacional dos Farmacêuticos Saúde, SUS e Assistência Farmacêutica /Agosto 2012. Uma retrospectiva da Assistência Farmacêutica no Brasil. Inserido também o controle social no tema o “Usuário do SUS e Assistência Farmacêutica” Para este tema, foi feito o levantamento das formas utilizadas pelos usuários da capital como se dá este acesso: Nas farmácias das UBS, UBS Integral, em alguns Prontos Atendimentos, Remédio em Casa, Rede Hora Certa, convênios com farmácias privadas, nas farmácias do SUS, acesso ao medicamento de alto custo., acesso ao medicamento via administrativo, acesso por ação judicial. Acesso aos medicamentos fitoterápico no município de São Paulo está disponibilizado o medicamento vereda, acesso aos medicamentos homeopáticos, acesso aos medicamentos pós-estudos clínicos –Pesquisa Clínica: obedecem determinados protocolos e resoluções que os médicos pesquisadores providenciam juntos aos órgãos públicos ou diretamente a ANVISA. Acesso aos medicamentos para doenças raras. Foi lembrado que a RENAME – Relação dos medicamentos Essenciais está na 8ª edição, sua função estratégica para o Sistema Único de Saúde, e em especial, para a Política de Assistência Farmacêutica. RENAME deve ser o instrumento mestre para as ações de planejamento, seleção de medicamentos e de organização da assistência farmacêutica no âmbito do SUS. Para que os usuários tenham acesso aos medicamentos constante da RENAME cabe aos gestores estaduais e municipais elaborem suas REMUNE – Relação Municipal de Medicamentos Essenciais, de acordo com a necessidade terapêutica da população. Ressaltado a importância de outros*

serviços oferecidos pelo SUS, estimulando a boa qualidade de vida, evitando doenças, por consequência o uso de medicamentos: As praticas Integrativas, as academias de saúde, a acupuntura, etc. Foi lembrado também, o espaço que vem ocupando as aplicações das energias positivas como forma de tratamento com resultado que muito nos surpreende. A mídia foi ressaltada como forte estimuladora do acesso e consumo de medicamentos, que muitas vezes os usuários desconhecem seus efeitos colaterais e os benefícios destes medicamentos são inferiores aos riscos ao serem ingeridos. Ressaltado a importância da participação dos usuários nos espaços de discussão da construção e fiscalização das políticas públicas, principalmente nos Conselhos de Saúde buscando conhecer o Plano Municipal de Saúde, ler e procurar discutir sobre as leis: Lei 8080/90, lei básica do SUS. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

DECRETO 7508/11 DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011.Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. que regulamenta a LEI 8080/90

- LEI complementar 141/2012 - Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

-PORTARIA Nº 1.555, DE 30 DE JULHO DE 2013

Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e outras leis que julgarem necessário.

Após estas apresentações, a dinâmica apresentada foi os trabalhos em grupos com os seguintes temas:

- 1- Universalidade do acesso à saúde e aos medicamentos: público e privado, integralidade de atenção, acesso a terapias integrativas e serviços farmacêuticos.
- 2- Recursos Humanos no SUS: formação em graduação e pós- graduação, relações academia-serviços; valorização do trabalhador.
- 3- Financiamento da assistência farmacêutica: regulação e monitoração do mercado farmacêutico, adequação orçamentária para as ações da assistência farmacêutica.
- 4- Gestão da assistência farmacêutica: descentralização e superação da fragmentação das ações, aplicação dos recursos, pactuações, redes e regionalização.
- 5- Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Complexo médico-Industrial da saúde e seus impactos sobre a política de saúde; modernização e ampliação de capacidade produtiva de medicamentos; pesquisa, desenvolvimento e soberania nacional.

O público foi distribuído em 05 grupos. Os grupos fizeram as discussões, apresentando propostas para a Plenária, a qual teve o papel de promover nova discussão com adequação de propostas e aprovação. Todo o trabalho realizado durante a Oficina foi dito pelos organizadores que estará disponibilizado no site da Escola Nacional dos Farmacêuticos.

F - Informes das Comissões

CIST - O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte diz que as Centrais Sindicais têm que assumir a coordenação da comissão. A proposta da comissão é quatro conselheiros representando usuários, dois conselheiros representando trabalhadores, dois conselheiros representando gestor/prestador. Estão chamando também representantes da Secretaria do Trabalho, Assistência Social,

Instituto Nacional de Seguro Social, Universidades, um membro da Plenária Municipal de Saúde do Trabalhador, um membro da chefia do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador. A idéia da pauta é a composição da comissão e o cronograma. Irão propor a aprovação de um seminário, com o objetivo de avaliar a 4ª Conferencia Macrorregional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e sua articulação com os setores.

Comissão de Orçamento e Finanças - A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais informa que não houve quórum na reunião. Mostra preocupação, porque é uma das poucas comissões que têm obrigação legal de se reunir. Solicita que os segmentos nomeiem os membros que não estão nomeados, e que avaliem se os nomeados estão frequentando as reuniões. A comissão solicitou que fosse feita a prestação de contas da 4ª Conferencia Macrorregional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Município e da 17ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo e das Conferências Temáticas, e até agora não receberam resposta com relação à 17ª Conferência Municipal e Temáticas. Com relação à 4ª Conferência Macrorregional, receberam resposta de que deveria ser solicitado ao gabinete. Por último, informa que a prestação de contas ref. ao 2º quadrimestre de 2014 contas será apresentada na Câmara Municipal no dia 24/09, às 11h, e no Conselho Municipal no dia 19/09, às 10h.

Saúde Mental - O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde do Centro fala que ainda faltam duas vagas da gestão para completar a comissão. A comissão precisa funcionar para poder acompanhar melhor os pacientes de saúde mental. Dia 23/09 haverá uma reunião preparatória, e no dia 03/10, haverá ampla discussão sobre as propostas para a Saúde Mental.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Encerra a reunião.